

# Diálogos em campo: uma co-construção de saberes sobre o trabalho

Dayala Paiva de Medeiros Vargens

Luciana Maria Almeida de Freitas

Talita de Assis Barreto

Recebido 30, jun. 2008/ Aprovado 20, set. 2008

## Resumo

*O objetivo deste artigo é propor algumas reflexões acerca das implicações teórico-metodológicas da pesquisa de campo sob a perspectiva da concepção dialógica de linguagem (BAKHTIN, 2003) e da abordagem ergológica da atividade (SCHWARTZ, 1997). São discussões nascidas em pesquisas que, apesar de possuírem objetos muito diferentes, têm em comum, além do marco teórico, a pesquisa de campo. Partimos do pressuposto teórico de que é impossível a objetividade na pesquisa, já que o apagamento das vozes trazidas pelo pesquisador é inexecutável. No que diz respeito aos estudos de linguagem em situação de trabalho, faz-se imprescindível a instauração de um diálogo entre o trabalhador dos conceitos – o pesquisador – e os trabalhadores das atividades analisadas. As escolhas, portanto, passam por uma negociação entre todos os participantes da comunidade dialógica formada (FRANÇA, 2002).*

**Palavras-chave:** Pesquisa de campo. Dialogismo. Ergologia.

*A ciência, a ciência, a ciência*

*A ciência, a ciência, a ciência...  
 Ah, como tudo é nulo e vão!  
 A pobreza da inteligência  
 Ante a riqueza da emoção!*

*Aquela mulher que trabalha  
 Como uma santa em sacrifício,  
 Com quanto esforço dado ralha!  
 Contra o pensar, que é o meu vício!*

*A ciência! Como é pobre e nada!  
 Rico é o que alma dá e tem.*

(Fernando Pessoa)

**Introdução**

O objetivo deste artigo é propor algumas reflexões acerca das implicações teórico-metodológicas da pesquisa de campo sob a perspectiva da concepção dialógica de linguagem (BAKHTIN, 2003) e da abordagem ergológica da atividade (SCHWARTZ, 1997). As reflexões aqui expostas são fruto de investigações que, apesar de possuírem objetos muito diferentes, têm em comum, além do marco teórico, a opção metodológica pela pesquisa de campo.

O propósito do trabalho de Freitas (2004) foi analisar o trabalho dos agentes de turismo para antecipar o que pode ser ensinado em Língua Espanhola a trabalhadores ou estudantes da área. A pesquisa de campo foi realizada em uma agência de viagens e em uma operadora de turismo.

Barreto (2005) voltou-se para questões relacionadas à apresentação em eventos acadêmicos como uma atividade de trabalho do professor de Ensino Básico. Para isso, propôs a constituição, por meio de um fórum de discussão formado por professores que atuam nesse nível de ensino, de uma comunidade dialógica de pesquisa (FRANÇA, 2002). Esse conceito foi criado para distinguir um coletivo de pesquisa no qual se adota um posicionamento epistemológico que considera a historicidade das palavras no meio, no espaço e no tempo em que determinada pesquisa se desenvolve.

A pesquisa de Vargens (2005) teve como escopo compreender uma dimensão do processo de construção identitária dos catadores de materiais recicláveis de um aterro sanitário no Rio de Janeiro.

A seguir, serão apresentadas duas seções: a primeira com uma discussão sobre a necessidade da pesquisa de campo em investigações de cunho ergológico e a segunda com algumas

dificuldades e vantagens desse procedimento metodológico no âmbito das investigações citadas.

## 1. Por que pesquisa de campo

Tendo em vista a concepção ergológica do objeto trabalho que fundamenta as investigações realizadas, a pesquisa de campo configura-se como um procedimento necessário para a análise da atividade.

Para compreender tal concepção, faz-se necessário remeter-nos ao conceito de Ergologia que nasceu a partir de fins dos anos 70 e início dos 80 com os questionamentos do filósofo Yves Schwartz sobre os conceitos da Ergonomia situada, especialmente os de trabalho prescrito e real<sup>1</sup>. Foi relevante para os preceitos da Ergologia a idéia de comunidade científica ampliada criada por Ivar Oddone e seus colaboradores (SCHWARTZ, 2000). Essa nova concepção de pesquisa tinha como proposta congregar os saberes formais dos cientistas e os informais dos trabalhadores. Formam-se, portanto, essas comunidades científicas ampliadas para produção de saberes sobre o trabalho (SCHWARTZ, 2000).

A partir do retrabalho desses conceitos, Schwartz (2004) propõe uma nova perspectiva do objeto trabalho. Sugere, para isso, que se estabeleça uma complexidade na sua reflexão, ou seja, vê-lo não como uma obviedade ou como um objeto transparente, mas sim como uma matéria “estrangeira”, que não pertence ao domínio do pensamento do analista.

Segundo a concepção ergológica, o trabalho implica um debate de normas (normas antecedentes e renormalizações), reformulação dos conceitos ergonômicos de trabalho prescrito e realizado. Para Schwartz, as normas antecedentes abarcam as prescrições, mas vão além delas, pois não se restringem à sua dimensão impositiva, do que é determinado exteriormente ao trabalhador. Elas são construções históricas que vão de elementos mais específicos, como, por exemplo, as prescrições particulares para a realização do trabalho de um operador, aos mais amplos, como os políticos, econômicos e sociais. Incluem, portanto, os conceitos, os saberes científicos e técnicos, as aquisições da inteligência e experiência coletivas, as redes de poder e de autoridade, os valores do bem comum (SCHWARTZ, 2002; ALVAREZ; TELLES, 2004).

De maneira geral, não se toma conhecimento do que um trabalhador faz ou deve fazer ao deparar-se com o inesperado, pois as *normas antecedentes* não determinam o que fazer nessas circunstâncias. Amigues (2004) afirma que, nessas emergências que surgem no cotidiano laboral, o profissional tem a oportunidade de experimentar novos modos de fazer, realizando além do que estava previsto porque, às vezes, ele precisa ir contra

---

<sup>1</sup> Entre tarefa e atividade está o ponto fundamental da preocupação da Ergonomia situada: a inerente contradição do ato de trabalho, ou seja, a distância iniludível entre o trabalho prescrito e o realizado. As grandes lacunas entre essas duas dimensões do trabalho permitem sua melhor compreensão e transformação. Jamais há uma correspondência exata entre os dois, pois, por mínimo que seja, sempre há um retrabalho das prescrições (FREITAS, 2004, p. 29).

as regras, ou seja, contra o esperado, para que possa encontrar a solução do problema que enfrenta naquele momento. Jamais se faz uma atividade de maneira idêntica. A repetição existe, é rotina, mas mesmo na repetição há modificação. As *normas antecedentes* são renormalizadas constantemente na atividade de trabalho.

A *renormalização* acontece, então, quando o trabalhador realiza sua atividade, fazendo *uso de si* ao utilizar sua própria experiência:

Toda atividade humana é sempre, e em todos os graus imagináveis entre o explícito e o não-formulado, entre o verbo e o corpo, entre a história coletiva e o itinerário singular, o lugar de um debate incessantemente reinstaurado entre *normas antecedentes* a serem definidas a cada vez em função das circunstâncias e processos parciais de *renormalizações*, centrados na entidade atuante [...]. (SCHWARTZ, 2002, p.135, grifo do autor)

Portanto, para conhecer o trabalho, o modo como os trabalhadores reconfiguram as normas antecedentes, é necessário o contato com o trabalho vivo por meio da pesquisa de campo, pois “a experiência vivida no trabalho não pode ser jamais adequadamente pré-descrita em um determinado momento por meio de ajuste de palavras, de seqüência de frases, porque toda configuração da atividade é sempre em parte *inédita*” (SCHWARTZ apud SOUZA-E-SILVA, 2004, p. 196-197, grifos do autor).

É importante ressaltar que, numa perspectiva ergológica, entrevistas e questionários, procedimentos muito freqüentes na pesquisa lingüística, dão respostas sobre o trabalho num nível “ideal”, relacionado ao plano do prescrito, ou seja, ao modo como os trabalhadores vêm as suas atividades.

É recente o interesse dos lingüistas pelo estudo da linguagem em situação de trabalho. Não existe situação de trabalho em que não haja interações verbais, mesmo que elas não façam parte da realização da atividade *stricto sensu* e, como afirmam Faïta e Donato (1997), são fundamentais para a compreensão e investigação das atividades as contribuições provenientes das trocas verbais entre os trabalhadores.

Outra importante observação diz respeito às características dos estudos lingüísticos sobre a atividade de trabalho, em que não é possível apenas coletar os materiais verbais em situação, delimitar um *corpus* e aplicar-lhe determinadas categorias de análise de maneira descontextualizada (FRANÇA, 2002, 2004). Nesse tipo de pesquisa lingüística, a ilusão da objetividade é muito maior na medida em que o Outro, produtor daquele texto, pode até mesmo ser desprezado. Por essa razão, França (2002) afirma que uma abordagem dos estudos da linguagem em situação de trabalho exige a criação de métodos adequados para cada situação específica, pois é um domínio no qual mani-

festações plurissemióticas (gesto, fala, escrita) são indissociáveis das práticas sociais não languageiras.

A primeira tentativa de recorte metodológico da análise da linguagem em situação de trabalho (FRANÇA, 2002) foi a distinção das falas proposta por Johnson e Kaplan, em 1979, e desenvolvida por Lacoste (1998). Segundo a autora, existe uma distinção entre a linguagem *sobre*, *no* e *como* trabalho. A linguagem *sobre* o trabalho é a produção de saber sobre a atividade, seja durante a sua realização, seja em algum questionamento posterior feito pelo pesquisador ou pelo próprio trabalhador. A linguagem *como* trabalho é a utilizada durante e para a realização da atividade. Finalmente, a linguagem *no* trabalho é a que ocorre na própria situação de trabalho. A explicitação de que a linguagem *sobre* o trabalho é diferente da linguagem *como* trabalho deslocou a atenção dos analistas, que anteriormente centravam suas pesquisas nas falas dos operadores *sobre* seu trabalho e negligenciavam o papel da linguagem na própria atividade. Cabe ressaltar que, de acordo com Nouroudine (2002), a complexidade do trabalho está na linguagem como um todo, mas se traduz de maneiras diferentes em cada um dos elementos da tripartição das falas.

Somente com a pesquisa de campo, com a presença do pesquisador em situação de trabalho, é possível analisar a linguagem *como* trabalho e a maneira pela qual ela se insere no conjunto das atividades. No caso do ofício dos agentes de turismo e dos professores, a linguagem é o elemento essencial do trabalho, pois é através dela que a atividade se realiza. No que concerne à pesquisa sobre a atividade dos catadores, destaca-se a recente ampliação das práticas de linguagem *sobre* o trabalho da categoria.

No intuito de preencher as lacunas originadas da falta de conhecimento que temos sobre o trabalho do Outro, como pesquisadoras, somos impulsionadas a estabelecer um diálogo com o trabalhador em sua atividade de trabalho. Segundo França (2002, p. 60, grifos da autora) “[...] a produção de conhecimento nas e sobre as *situações de trabalho* tem de dar lugar e ouvir a voz daqueles que têm a experiência no trabalho. São eles que sentem calor, se irritam e têm prazer no trabalho que estão fazendo”.

## **2. Implicações da pesquisa de campo**

O objeto das ciências humanas é o ser *expressivo e falante*. Esse ser nunca coincide consigo mesmo e por isso é inesgotável em seu sentido e significado. (BAKHTIN, 2003, p. 395)

Ao falarmos sobre *implicações* da pesquisa de campo, partimos do pressuposto teórico de que é impossível a objetividade na pesquisa, já que o apagamento das vozes trazidas pelo pesquisador é inexecutável. Baseando-nos nessa concepção de pesquisa e

de linguagem em que a neutralidade é infactível, propomos nesse artigo algumas discussões a respeito das implicações inerentes às investigações por nós desenvolvidas tendo como elemento principal o diálogo entre o cognoscente e o cognoscível.

Para iniciar nossas reflexões, remetemo-nos à concepção de ciência da segunda metade do séc XIX, que pressupunha uma distância radical entre o observador e seu objeto, implicando uma separação entre ambos. Tratava-se de um modelo das ciências naturais que deveria ser ampliado para alcançar as ciências do homem:

Enfim, em lugar de deixar a ciência social no vago e estéril insulamento em que ainda a colocam a Teologia e a Metafísica, ele [o espírito positivo] a liga irrevogavelmente a todas as outras ciências fundamentais, que constituem gradualmente, em relação a este estudo final, outros tantos preâmbulos indispensáveis, onde a nossa inteligência adquire ao mesmo tempo os hábitos e as noções sem as quais não podem ser utilmente tratadas as mais eminentes especulações positivas. (COMTE, 1884, p. 32)

Nesse contexto cientificista, ainda no século XIX, a pesquisa de campo em Ciências Humanas teve seu início no seio dos estudos antropológicos. O pressuposto era, e ainda é, o de que o conhecimento conjectural não dá conta da complexidade das relações humanas, especialmente daquelas que envolvem o Outro, o desconhecido. O antropólogo, após uma longa experiência de convivência com os nativos, deveria descrever aquela cultura, pressupondo um distanciamento entre o pesquisador, responsável pela construção daquele conhecimento, e o pesquisado, objeto de sua análise.

Esse era, inclusive, um dos fundamentos da moderna antropologia:

A divisão entre observador e observado foi sempre consciente. O que caracterizou o modernismo na antropologia foi a adoção dessa divisão como um exercício teórico através do fenômeno do trabalho de campo. Quando o(a) antropólogo(a) “entrava” em uma outra cultura, levava consigo essa consciência. Isso é o que foi inventado pelos pesquisadores de campo da época de Malinowsky. (STRATHERN apud CALDEIRA, 1988, p. 139)

Dessa forma, os dois papéis estão claramente definidos: os saberes do sujeito pesquisado (na verdade, considerado um objeto) não são levados em conta, pois cabe ao pesquisador, detentor do conhecimento acadêmico, analisar a situação em questão. Assim, em tal modelo de pesquisa de campo, não entra em questão um diálogo entre pesquisador e pesquisado, tendo em vista que, paradoxalmente, o primeiro escolhe o segundo como a essência de sua pesquisa, mas tenta promover o seu apagamento.

Nessa concepção de ciência e, mais especificamente, de pesquisa de campo, predomina a idéia de que ao pesquisador cabe o papel de descrever o encontrado ou, em outras palavras, de revelar algo desconhecido. Sob essa visão, o pesquisador, após uma trajetória de observações, é o responsável pela construção de saberes acerca do objeto de pesquisa. Nesse processo, o papel dos sujeitos de pesquisa, por sua vez, fica reduzido ao de elemento observado.

Ao longo do século XX, outras ciências humanas, como História, Sociologia e Antropologia, foram incorporando a questão da alteridade em seu labor; no entanto, na Lingüística vemos apenas tentativas isoladas de debate sobre esses temas. Isso talvez ocorra devido ao fato de que o nascimento da Lingüística esteja atrelado à concepção de língua como um sistema abstrato (SAUSSURE, 1993). O caráter formal e estrutural do fenômeno lingüístico foi tradicionalmente privilegiado como objeto principal da Lingüística e as considerações de natureza etnológica, histórica e política, embora reconhecidas como importantes, não ocupavam o centro das reflexões de uma abordagem imanente da língua. Essa concepção foi hegemônica durante a primeira metade do século XX e marcou fortemente toda a história dos estudos lingüísticos caracterizados pela dicotomia entre as orientações formais e as orientações contextuais. (MUSSALIM; BENTES, 2003).

Principalmente na década de 1970, com a retomada da obra bakhtiniana por alguns lingüistas, recupera-se a questão do Outro sob um novo olhar. O Outro passa a ser então considerado como elemento constitutivo da linguagem. Segundo Bakhtin (2003), a produção da fala está relacionada com a reação do Outro, porque todo enunciado espera uma resposta que influi na sua própria criação. Qualquer interação, inclusive as trocas verbais entre pesquisador/pesquisados, está sempre condicionada à suposição de um espaço permitido pelo Outro e às hipóteses sobre o que ele esperava ouvir. A relação estabelecida entre os locutores é uma das dimensões do diálogo para Bakhtin (2003).  
Afirma o teórico:

Desde o início o falante aguarda a resposta deles, espera uma ativa compreensão responsiva. É como se todo enunciado se construísse ao encontro dessa resposta.

O traço essencial (constitutivo) do enunciado é o seu *direcionamento* a alguém, o seu *endereçamento*. (BAKHTIN, 2003, p. 301, grifos do autor)

Bakhtin (2003), em texto escrito ainda no segundo quartel do século XX, afirma que as ciências naturais e as ciências humanas se distanciam em virtude de o objetivo das primeiras ser o conhecimento da coisa, enquanto que o das segundas é o conhecimento do indivíduo. Se a coisa morta pode ser “totalmen-

te revelada por um ato unilateral do outro (o cognoscente)”, nas ciências humanas “o cognoscente não faz a pergunta a si mesmo nem a um terceiro em presença da coisa morta, mas ao próprio cognoscível” (BAKHTIN, 2003, p. 393-394). O fundamento da produção do conhecimento humano, para Bakhtin, é o diálogo. Afirma o autor:

Qualquer objeto do saber (incluindo o homem) pode ser percebido e conhecido como coisa. Mas o sujeito como tal não pode ser percebido e estudado como coisa porque, como sujeito e permanecendo sujeito, não pode tornar-se mudo; conseqüentemente, o conhecimento que se tem dele só pode ser *dialógico*. (BAKHTIN, 2003, p. 400, grifo do autor)

Numa perspectiva monológica de pesquisa, o pesquisador é quem detém o poder das escolhas a serem realizadas no desenvolvimento da investigação. Dessa forma, ele possui o saber e, portanto, é o responsável por todas as decisões. O posicionamento que adotamos rechaça essa visão de uma ilusória ausência do Outro na construção do conhecimento.

No âmbito dos estudos lingüísticos é ainda freqüente a concepção do *corpus* como uma coisa dada, desconsiderando o processo de sua construção a partir de escolhas do pesquisador. No caso da pesquisa de campo, mais do que uma opção que depende unicamente do pesquisador, ele é fruto das relações entre este e o pesquisado. Dessa forma, a alteridade ocupa um papel central na constituição do material verbal a ser analisado.

As pesquisas de campo configuram-se como procedimento necessário não para uma simples “coleta” de materiais verbais, mas para a concretização da troca entre o pesquisador e os protagonistas do trabalho (FRANÇA, 2002). A idéia de “coletar discursos” implica considerar uma espécie de neutralidade na atuação do pesquisador em campo, como se o seu papel estivesse restrito à “descoberta” de alguns discursos e à subsequente delimitação de um *corpus* para análise. Esta concepção do fazer do pesquisador, da construção do conhecimento e da própria produção discursiva, opõe-se ao princípio dialógico bakhtiniano que fundamenta a nossa reflexão. Segundo Bakhtin (2003), a produção de todo enunciado está pautada na relação entre o Eu e o Outro:

Já dissemos que esses outros, para os quais o meu pensamento pela primeira vez se torna um pensamento real (e deste modo também para mim mesmo) não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação discursiva. (BAKHTIN, 2003, p. 320)

Segundo essa concepção da produção discursiva, é inconcebível o sentido de neutralidade atribuído ao papel do pesquisador que vai a campo para “coletar” materiais verbais como se estes últimos fossem independentes da atuação do pesquisador.



Partimos do pressuposto de que as falas dos trabalhadores sobre a sua atividade resultam da interação entre pesquisador e trabalhadores. A pesquisa de campo, numa perspectiva dialógica, em vez de ser o momento de coleta de dados para constituição de um *corpus*, consiste na criação de um espaço de intercâmbio que possibilita a co-construção de saberes.

Segundo essa abordagem, rejeita-se a idéia de que o conhecimento sobre um dado objeto surja a partir da ação do pesquisador capaz de “revelar” o desconhecido. O conhecimento é fruto de um encontro entre o pesquisador e o pesquisado e da troca estabelecida entre ambos. O diálogo, o fundamento da construção do conhecimento e da própria linguagem humana para Bakhtin, constitui um dos pilares do pensamento desse teórico, para o qual o diálogo não deve ser entendido apenas em seu sentido estrito. Além da interação face a face entre os sujeitos falantes, Bakhtin considera o diálogo existente entre o enunciado com outros enunciados já proferidos e também com enunciados futuros sobre o mesmo objeto:

Cada enunciado é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva. Cada enunciado deve ser visto antes de tudo como uma *resposta* aos enunciados precedentes de um determinado campo (aqui concebemos a palavra “resposta” no sentido mais amplo): elas os rejeita, confirma, completa, baseia-se neles, subentende-os como conhecidos, de certo modo os leva em conta. (BAKHTIN, 2003, p. 297)

Se pensarmos a pesquisa de campo a partir da ótica bakhtiniana, podemos, então, considerá-la como um espaço de intercâmbio entre pesquisador e o pesquisado, que possibilita a co-construção de novos discursos e saberes. A idéia anteriormente mencionada de uma “descoberta” resultante de um esforço unicamente do pesquisador em “revelar” sentidos acerca de uma realidade não é, portanto, compatível com essa perspectiva teórica. Independentemente do reconhecimento ou da tentativa de apagamento da voz do Outro, partimos, então, do pressuposto de que a construção do conhecimento depende da interação entre os interlocutores e entre os diversos enunciados sobre um dado objeto.

Nesse sentido, o manejo das relações com o Outro e o risco iminente da incompreensão fazem parte da atividade de pesquisa nas ciências humanas. É justamente a busca de uma possível diminuição das lacunas que separam o pesquisador do Outro que impulsiona o trabalho do pesquisador. Pautada no pensamento bakhtiniano, afirma Amorim:

Tomamos como ponto de partida para o nosso trabalho a seguinte proposição: a estranheza do objeto de pesquisa afirmada enquanto a própria condição de possibilidade desse objeto. Assim, atribuímos à alteridade uma dimensão de estranheza

porque não se trata do simples reconhecimento de uma diferença, mas de um verdadeiro distanciamento: perplexidade, interrogação, em suma, suspensão da evidência. (AMORIM, 2001, p. 26)

Devemos considerar que, apesar da constante busca do encontro do Outro, do conhecer, é em torno do seu desconhecimento e do reconhecimento da alteridade que se constitui um objeto de pesquisa: “É exatamente ali onde a impossibilidade de diálogo é reconhecida, ali onde se admite que haverá sempre uma perda de sentido na comunicação que se constrói um objeto e que um conhecimento sobre o humano pode se dar” (AMORIM, 2001, p. 28-29).

Quando Amorim (2001) considera que a “construção de conhecimento” se dá no espaço de confrontação entre o Eu e o Tu, vai ao encontro da perspectiva de Bakhtin (2003), segundo o qual é apenas para os Outros que os meus pensamentos e enunciados se constroem.

As interações pesquisador/pesquisados num trabalho de campo constituem-se a partir de um amplo processo de negociação, no qual entram em jogo diferentes interesses e expectativas em relação ao Outro. Torna-se essencial, para o pesquisador, a busca de estratégias discursivas que sejam capazes de preservar as suas próprias faces<sup>2</sup> sem ameaçar a de seus interlocutores. A tentativa de preservar as faces demanda ainda maior esforço, no início da trajetória de pesquisa, devido à possível escassez de conhecimentos que possuímos acerca de determinadas “regras” e “sentidos” compartilhados por um dado coletivo. Na pesquisa de Vargens (2005), por exemplo, durante as atividades de trabalho de campo, a pesquisadora teve acesso gradativamente ao jornal *Mensagem da Verdade* – elaborado pelos próprios catadores – à medida que a relação entre aquela e estes se solidificou. Essa aproximação ao mundo dos trabalhadores foi possível em virtude das relações de confiança que foram se fortalecendo, uma vez que os pesquisadores passaram a contribuir mais ativamente no processo de construção da investigação.

Diferentemente da França – país em que se desenvolveu a Ergonomia situada e a Ergologia e em que já é uma tradição receber analistas para o estudo de situações de trabalho – no Brasil, ainda não se instituiu a prática da demanda por esse tipo de estudos. Freitas (2004), em sua investigação, inicialmente pensava enfocar apenas trabalhadores atuantes em operadoras de turismo, mas se viu obrigada a recorrer também às agências de viagens<sup>3</sup>. Como é sabido por aqueles que desenvolvem uma investigação cujo conhecimento é co-construído em cooperação com outros indivíduos, esse é um procedimento complexo: empresas rejeitam solicitações de autorização para pesquisas de campo, algumas pessoas se recusam a colaborar por meio de entrevistas ou questionários, outros concordam e posteriormente

<sup>2</sup> Remetemo-nos à teoria das faces de P. Brown e S. Levinson (apud MAINGUENEAU, 2002), segundo o qual cada parceiro da enunciação possui uma face negativa (território de cada um) e uma face positiva (fachada social).

<sup>3</sup> Segundo a ordenação existente no mercado, as agências de turismo se classificam em dois grupos: as operadoras, empresas atacadistas, e as agências de viagens, empresas varejistas.

não dão o devido retorno, etc. Obter a permissão de uma empresa para a presença de um pesquisador no acompanhamento das atividades habituais dos seus trabalhadores é ainda mais difícil. Foi necessário, portanto, que a pesquisadora entrasse em contato com profissionais atuantes em agências de turismo para averiguar como seriam as respostas. Dessa forma, poderia depois selecionar a situação de trabalho pesquisada.

No Brasil, geralmente, o próprio pesquisador é quem procura as instituições para propor uma análise da situação. Isso dá às pesquisas realizadas no nosso país um caráter distinto daquelas efetuadas em lugares onde existe a prática da demanda. Na verdade, cabe ao investigador brasileiro uma tarefa a mais, que é a detecção de um problema em alguma situação de trabalho, de uma demanda latente.

Na investigação de Barreto (2005), havia uma demanda latente entre os professores de ensino básico que constantemente enfrentam obstáculos para a permissão de sua participação em eventos acadêmicos. Como trabalhadora e docente, a própria pesquisadora passava por situações que evidenciavam essa demanda cuja verbalização só pôde acontecer na realização da pesquisa. Diferentemente das pesquisas de Vargens (2005) e Freitas (2004), nesse caso, por ser uma professora/ pesquisadora cujo objeto é a própria atividade docente, é estabelecida uma relação de outro caráter. A dificuldade passa a ser olhar o objeto com certo estranhamento, como afirma Schwartz (2004), como uma matéria estrangeira. A familiaridade com a situação pesquisada, por um lado, pode parecer uma vantagem no que se refere à situação de trabalho. Por outro lado, possivelmente provoca uma invisibilidade de certas nuances que o pesquisador pode tomar como obviedades na medida em que o Outro é também o Mesmo.

Nas investigações em que o pesquisador não é um trabalhador da mesma área, como no caso de Vargens (2005) e Freitas (2004), existe uma dificuldade para o pesquisador estabelecer o pacto de confiança com o pesquisado, pois representa um ser "intruso". Para o trabalhador que está sendo pesquisado, o papel do pesquisador parece legitimado pelas suas próprias demandas, supostamente sem respaldo em um problema existente na situação de trabalho. Como afirma Schwartz:

Desse modo, descrever, diagnosticar, fazer preconizações a respeito do mínimo procedimento operatório significa, quer o saibamos ou não – e a invisibilidade desses debates de cada um consigo mesmo e com as normas produz acima de tudo, maciçamente, alguma ignorância a respeito –, é intervir no sentido pleno do termo 'na vida dos outros'.<sup>4</sup> (2005, p. 89)

No entanto, é importante observar que na maioria dos casos existe um problema que não é verbalizado pelos trabalhadores

<sup>4</sup> "Aussi, décrire, diagnostiquer, proposer des préconisations à propos de la moindre procédure opératoire, c'est, qu'on l'ignore ou non, et l'invisibilité de ces débats de chacun avec lui-même et avec les normes génère plutôt massivement de l'ignorance sur ce point, c'est intervenir au plein sens du terme dans 'la vie des autres'" (SCHWARTZ, 2005, p. 89, tradução nossa).

ou seus empregadores em forma de uma demanda às instituições de pesquisa. Dessa forma, o problema muitas vezes é detectado por um pesquisador que, por iniciativa própria, verbaliza-o e transforma-o em uma questão de pesquisa.

Por outro lado, o estranhamento não parte apenas do trabalhador, tendo em vista que o pesquisador, na maioria das vezes, não está preparado para lidar com a situação com a qual se depara em campo. Diferentemente das pesquisas que não requerem um trabalho de campo, nas quais o pesquisador tem uma maior autonomia nas suas decisões, o confronto com o Outro provoca um desconforto intelectual que evidencia a necessidade de uma troca de saberes oriundos do trabalhador dos conceitos e do trabalhador da atividade analisada.

Assim sendo, os estudos lingüísticos que concebem, como já foi dito anteriormente, o *corpus* como uma coisa dada, desvinculado do sujeito que o produziu, aproximam-se das ciências naturais e criam a ilusão do apagamento dos sujeitos. Numa perspectiva ergológica e dialógica, entretanto, tal concepção não encontra suporte, pois o pesquisador interage de tal forma com o seu objeto que a construção do conhecimento se faz a partir dessa interação, ou seja, “o ser da expressão é bilateral: só se realiza na interação de duas consciências (a do eu e a do outro)” (BAKHTIN, 2003, p. 395-396). Trata-se, como já expusemos, de um processo de co-construção em que ambos contribuem para a produção do saber.

Adentramos, então, no tracejamento dos passos metodológicos da investigação. No trabalho de campo, como em todos os seus demais aspectos, essa tarefa não depende apenas do pesquisador. Entram também em jogo os interesses e a disponibilidade do Outro. Constitui-se, então, um amplo processo de negociação e confrontação que dará como fruto a já mencionada co-construção do conhecimento. Tal construção supõe um conhecimento não ‘objetivo’ de mundo, como descrito anteriormente. Os intercâmbios que aparecem ao longo de toda a atividade de campo nos remetem à célebre frase de Coutinho (apud AMORIM, 2001, p. 23): “O que se filma é o encontro e não a realidade: o encontro de uma equipe de cinema com o outro”.

Durante as etapas do trabalho de campo, a participação ativa dos sujeitos pesquisados é de fundamental importância, visto que, sem eles, a pesquisa não acontece. Nossas possibilidades de escolha como pesquisadores confrontam-se com as escolhas do Outro. Nesse sentido, a trajetória de pesquisa está suscetível a mudanças conforme as necessidades e os interesses dos demais participantes da investigação. Nesse processo de negociação, podem ocorrer transformações menores ou maiores do que havia sido previsto pelo pesquisador ou quiçá pelos próprios protagonistas do trabalho, como, por exemplo, a mudança do foco da pesquisa depois do início das atividades de campo

que costuma acontecer com frequência. À guisa de exemplo, podemos citar o trabalho de Vargens (2005), cujo interesse inicial se voltava para a questão da atividade do catador em sentido estrito e, posteriormente, revelou a necessidade de considerar outras atividades desempenhadas por esses trabalhadores, tais como as de caráter político<sup>5</sup>, que revelavam uma ampliação da atuação da categoria e interferiam na reconstrução da sua identidade profissional.

O ajustamento do foco da pesquisa, a reelaboração das perguntas norteadoras da investigação, a opção por novos caminhos metodológicos e a possível aceitação de novos aportes teóricos dependem da tentativa de se entender as necessidades dos sujeitos pesquisados e as suas possíveis demandas, embora muitas vezes não sejam concretamente verbalizadas. Esse tipo de comportamento exige do pesquisador um esforço aguçado em ouvir o Outro e também no manejo das relações com os sujeitos em situação de pesquisa. Acreditamos que, por meio do diálogo entre pesquisador e atores do trabalho, podemos co-elaborar uma “língua sobre o trabalho” capaz de dar visibilidade aos saberes oriundos da experiência (BOUTET, 1995) e, conseqüentemente, não apenas descrever o trabalho e sim transformá-lo.

Um dos passos constitutivos da pesquisa de campo, segundo a Análise Ergonômica do Trabalho (WISNER apud FRANÇA, 2002) é a restituição. Entendemos esse momento como mais uma oportunidade de pesquisador e trabalhador co-construírem o conhecimento, não como uma situação em que o pesquisador, após a produção individual do saber, apresenta os resultados da pesquisa aos sujeitos pesquisados para que estes os validem. Seguindo as pistas de França (2002), as restituições, nas três pesquisas em questão (FREITAS, 2004; BARRETO, 2005; VARGENS, 2005) foram realizadas em forma de diálogos ao longo do desenvolvimento do trabalho de campo. Em todos os momentos as pesquisadoras interagem com os trabalhadores e lhes transmitem suas impressões sobre o seu trabalho em busca de confirmações ou desaprovações. Vale recordar que, tanto para a Ergonomia situada, quanto para a abordagem ergológica, não existe resultado válido sem a participação ativa dos sujeitos do trabalho na produção do saber (FRANÇA, 2002).

### 3. Considerações finais

Nosso objetivo neste artigo foi, sob a perspectiva da concepção dialógica de linguagem (BAKHTIN, 2003) e da abordagem ergológica da atividade (SCHWARTZ, 1997), refletir acerca das implicações teórico-metodológicas da pesquisa de campo.

No que diz respeito aos estudos lingüísticos sobre a atividade de trabalho, consideramos impossível uma coleta e uma delimitação de um *corpus* de maneira descontextualizada, tendo

<sup>5</sup> Referimo-nos às atividades realizadas pelos catadores - reuniões, palestras, debates, assembléias, passeatas - que então visavam à concretização de melhores condições de trabalho para a categoria e a fundação da Associação de Catadores de Jardim Gramacho.

em vista que é fundamental uma análise global da situação de trabalho em questão. Para se construir esse conhecimento, faz-se imprescindível a instauração de um diálogo entre o trabalhador dos conceitos e os trabalhadores das atividades analisadas.

O posicionamento adotado rejeita uma concepção de pesquisa que supõe uma ilusória ausência do Outro na produção do conhecimento. As escolhas, portanto, passam por uma negociação entre todos os participantes da comunidade dialógica formada (FRANÇA, 2002).

Ao abordarmos o tema 'implicações da pesquisa de campo', reconhecemos a impossibilidade de um apagamento do sujeito pesquisador. Assim, concebemos a pesquisa e a linguagem como um espaço de diferenciação de subjetividades.

### Abstract

*The aim of this paper is to reflect upon the theoretical and methodological implications for field research under the perspectives of the dialogic approach to language (BAKHTIN, 2003) and of the ergologic approach (SCHWARTZ, 1997). These discussions were triggered by researches which, though extremely diverse in terms of the objects investigated, had in common, besides the theoretical framework, the fact that field research was always involved. We start from the theoretical assumption that objectivity in research is impossible, since the silencing of the voices brought in by the researcher is not feasible. In what concerns language studies in work situation, it is essential the establishment of a dialog between the worker of the concepts (i.e., the researcher) and the workers of the activities which are being analyzed. Thus, the choices are negotiated among all the participants of the dialogic community which has been created (FRANÇA, 2002).*

**Keywords:** *Field research. Dialogism. Ergology.*

### Referências

ALVAREZ, D.; TELLES, A. L. Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes. In: FIGUEIREDO, M.; ATHAYDE, M.; BRITO, J.; ALVAREZ, D. (Org.). *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

AMIGUES, R. *Trabalho e formação de professores: uma abordagem ergonômica*, 15-19 de mar de 2004. Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL), PUC-SP. Notas de Aula. Mimeografado.

AMORIM, M. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas*. São Paulo: Musa, 2001.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Título original: *Estetika Sloviésnova Tvórtchestva*.

BARRETO, T. A. *Apresentação de trabalhos em eventos acadêmicos: uma atividade de trabalho do professor do ensino básico?* 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Letras)- Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BOUTET, J. *Paroles au travail*. Paris: L'Harmattan, 1995.

CALDEIRA, T.P.R. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 21, jul. 1988.

COMTE, A. *Discurso preliminar sobre o espírito positivo*. [S.l.]: Rindo Castigat Mores, 1884.

FAITA, D.; DONATO, J. Langage, travail: entre compréhension et connaissance. In: SCHWARTZ, Y. *Reconnaissances du travail : pour un approche ergologique*. Paris: PUF, 1997.

FRANÇA, M.B. *Uma comunidade dialógica de pesquisa: atividade e movimentação discursiva nas situações de trabalho de recepcionistas de guichê hospitalar*. 2002. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem)-Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

FREITAS, L.M.A. *Espanhol para o Turismo: o trabalho dos agentes de viagens*. Rio de Janeiro, 2004. 202 f. Dissertação (Mestrado em Letras)-Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LACOSTE, M. Fala, atividade, situação. In: DUARTE, F; FEITOSA, V. (Org.). *Linguagem & trabalho*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1998.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2003.

NOUROUDINE, A. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, M.C.P.; FAÏTA, D (Ed.). *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1993.

SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. *Trabalho & Educação*. Belo Horizonte, n.7, p. 38-46, jul./ dez. 2000.

\_\_\_\_\_. Disciplina epistêmica e disciplina ergológica: paideia e politeia. *Pro-posições*, Campinas, SP, v. 13, n. 1 (37), p. 126-149, jan./ abr. 2002.

\_\_\_\_\_. Intervenir dans la vie des autres. *Calidoscopio*, São Leopoldo, n. 2, p. 88-96, maio/ ago. 2005.

\_\_\_\_\_. *Reconnaissances du travail* : pour un approche ergologique. Paris: PUF, 1997.

\_\_\_\_\_. *Transmitir e ensinar: entre saberes acadêmicos e recriações da experiência*. Como fazer com isso seu ofício do professor? Conferência debate realizada na UNIRIO. Rio de Janeiro, 2004. Mimeografado.

SOUZA-E-SILVA, M.C.P. Quais as contribuições da lingüística aplicada para a análise do trabalho. In: FIGUEIREDO, M. et al. (Org.). *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

VARGENS, D.P.M. *Sentidos em reciclagem: uma análise lingüístico-discursiva da construção da identidade profissional dos catadores de Jardim Gramacho*. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Letras)–Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.